
Ensaio

Diálogos sobre o acúmulo de tarefas alheias ao ofício à luz do real da atividade e do processo de precarização do trabalho

Joeder da Silva Messias¹, Jorge Tarcisio da Rocha Falcão², Eduardo Breno Nascimento Bezerra³

¹ <https://orcid.org/0000-0001-6065-2930>/ Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, BA, Brasil.

² <https://orcid.org/0000-0002-2798-3727>/ Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, Brasil.

³ <https://orcid.org/0000-0001-6629-9306>/ Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, Brasil.

Resumo

Este artigo apresenta discussão teórica sobre o acúmulo de tarefas alheias ao ofício em contexto da atividade de trabalho. Tal discussão é pautada nas contribuições da Clínica da Atividade e em estudos que versam sobre modelos de gestão do trabalho, que emergiram a partir das demandas do sistema neoliberal, em especial sob a égide do Toyotismo. Tem como objetivo estabelecer a relação do acúmulo de tarefas alheias ao ofício com o processo de precarização das relações de trabalho, traçando conexões com os operadores teóricos: atividade, real da atividade e atividade realizada. A análise do contexto histórico-social igualmente realizada neste estudo possibilitou perceber a relação do processo de superexploração do trabalho com ampliação do fenômeno aqui abordado. A presente pesquisa busca contribuir com o estabelecimento de conexões entre o conceito de real da atividade com posicionamentos dos trabalhadores na relação com diferentes tarefas alheias ao ofício oriundas do referido processo de acúmulo laboral, que circunscrevemos em três categorias: posicionamento confrontado, ambíguo e conformado.

Palavras-chave: Clínica da atividade, tarefa, real da atividade, precarização do trabalho.

Dialogues about the accumulation of tasks unrelated to the trade in light of the reality of the activity and the process of precarious work

Abstract

This article presents a theoretical discussion on the accumulation of tasks unrelated to the trade in the context of work activity. This discussion is based on contributions from Clinic of Activity and studies that deal with work management models, which emerged from the demands of the neoliberal system, especially under the aegis of Toyotism. It aims to establish a relationship

Submissão: 11/11/22
Aceite: 15/04/24
Editora Responsável: Liliam Deisy Ghizoni
Editora de Leiaute: Gracilene Paiva Araujo
Editora Administrativa: Thamyris Pinheiro Maciel

Como citar este artigo: Messias, J. S., Falcão, J. T. C. R & Bezerra, E. B. N. (2024). Diálogos sobre o acúmulo de tarefas alheias ao ofício à luz do real da atividade e do processo de precarização do trabalho. *Trabalho (En)Cena*. 9 (contínuo), 1-16. e024011. <https://doi.org/10.20873/2526-1487e024011>

between the accumulation of tasks unrelated to the job and the process of precariousness of work relationships, drawing connections with theoretical operators: activity, actual activity and activity performed. The analysis of the historical-social context also carried out in this study made it possible to perceive the relationship between the process of overexploitation of work and the expansion of the phenomenon addressed here. The present research seeks to contribute to the establishment of connections between the concept of the real of the activity with workers' positions in relation to different tasks outside the job arising from the aforementioned process of labor accumulation, which we circumscribe into three categories: confronted, ambiguous and conformed positioning.

Keywords: Clinic of activity, Task, Real of the activity, Precariousness of work

Diversos estudiosos se dedicaram a pensar o neoliberalismo e as estratégias de exploração no campo do trabalho analisando aspectos que envolvem o processo de precarização (Alves, 2005, 2007; Bendassolli & Soares, 2021; Druck, 2021; Lima et al., 2012; Navarro & Padilha, 2007). Do ponto de vista sócio-histórico, o taylorismo-fordismo e o toyotismo são modelos de gestão do trabalho da denominada Administração Científica que impactaram na organização do trabalho e que contribuíram para propagar os processos de flexibilização, a intensificação e a superexploração do sujeito trabalhador. Nesse sentido, propomos aqui o entendimento do acúmulo de tarefas alheias ao ofício como parte integrante do conjunto de fenômenos relacionados aos processos de precarização do trabalho, cada vez mais presentes na contemporaneidade.

Com relação ao acúmulo de função, cabe ressaltar que este é um tema ainda pouco contemplado pelo ordenamento jurídico brasileiro. Ele ocorre quando o empregador atribui ao empregado, de forma unilateral e contínua, a realização de tarefas relativas a um cargo diferente daquele para o qual este foi contratado, incluindo ainda as tarefas relativas ao cargo (Coutinho Filho, 2014; Romar, 2018).

Um outro ponto de análise apresentado por essa pesquisa para o estudo do acúmulo de tarefas alheias ao ofício perpassa pela contribuição da psicologia do trabalho, através de uma das abordagens das clínicas do trabalho denominada Clínica da Atividade (Clot & Faïta, 2000; Clot, 2006a, 2006b, 2007, 2010b, 2013, 2014b). Nesse sentido, considerando as questões levantadas até aqui, essa pesquisa tem como objetivo estabelecer a relação do acúmulo de tarefas alheias ao ofício com o processo de precarização das relações de trabalho, traçando conexão com os operadores teóricos: atividade, real da atividade e atividade realizada.

Aspectos históricos do ofício e da organização do trabalho

Tem sido possível observar, ao longo da história, mudanças nas configurações sociais, de trabalho e de papéis laborais. No feudalismo, a definição de papéis sociais era rígida. Existiam os senhores, proprietários das terras, e os servos, que trabalhavam nas terras. Havia rigidez também quanto ao contexto profissional, no qual os sujeitos encontravam pouca margem de mobilidade no ofício que desempenhavam (Huberman, 2010). Este aspecto de rigidez na transmissão e exercício dos papéis profissionais perdurou ao longo dos séculos. Nesse sentido, Coriat (2008) aponta que no decorrer do século XVIII até meados do século XIX, a transmissão de ofício ainda era tratada como herança familiar, onde os cargos e respectivas funções eram passados de pai para filho. Isso ocorria de modo especial nos casos de ocupações consideradas nobres.

Com a ascensão do capitalismo, surgiram as fábricas e, com elas, os modelos de gestão do trabalho, como o taylorismo, fordismo e toyotismo, que trouxeram mudanças no modo como as pessoas se relacionavam com o trabalho. A produção, que antes visava atender às necessidades humanas, passou a priorizar o atendimento às necessidades do sistema capitalista, por meio de uma lógica de acumulação do capital (Lima, Barros & Aquino, 2012).

No sistema capitalista, a força de trabalho é entendida como a mercadoria fundante. E, na medida em que os processos de descartabilidade e de desvalorização atingem as mercadorias desse sistema, conseqüentemente, atingem o próprio trabalho, produzindo vulnerabilidades de diversas ordens (Alves, 2007). Os modelos de organização do trabalho propagados pelo taylorismo, fordismo e toyotismo contribuíram para intensificar a exploração da força de trabalho e produziram sofrimentos de diversas ordens, que afetaram a saúde dos trabalhadores (Navarro & Padilha, 2007; Dejours, 1992).

O fordismo nasceu a partir de aspectos propostos pelo taylorismo, inserindo na sua estrutura alguns elementos novos como a linha de montagem, e estratégias de incentivo aos trabalhadores envolvendo a remuneração (Navarro & Padilha, 2007). A partir da crise estrutural do capital, o toyotismo emergiu como um regime de acumulação flexível que se configurava como um novo modelo de reestruturação produtiva (Alves, 2005). O toyotismo se constituiu com a proposta de eliminar “desperdícios”, buscando diminuir o efetivo de trabalhadores e os processos de trabalho, além da finalidade de otimizar a produção e, conseqüentemente, aumentar os lucros (Lima et al., 2012).

No taylorismo/fordismo o trabalho era segmentado e o trabalhador executava seqüências de tarefas simplificadas (Navarro & Padilha, 2007). Nesse modelo, a organização

do trabalho deixou de contemplar todo o processo de produção e se tornou fragmentado, fazendo com que o operário se percebesse alheio ao produto final do seu trabalho (Lima et al., 2012). Essa organização do trabalho no taylorismo, impõe ao sujeito um esforço para refrear a própria atividade, produzindo imobilidade e um estado de tensão que não cessa (Clot, 2001). Nesse modelo, seria possível contratar de modo imediato um novo trabalhador, que aprenderia facilmente o serviço fragmentado.

Já no toyotismo, o trabalhador passou a ser exigido para apresentar uma polivalência que o habilitasse a desempenhar múltiplas tarefas, intensificando assim a sobrecarga de trabalho (Navarro & Padilha, 2007). Nesse modelo de gestão, os trabalhadores atuavam realizando várias tarefas de modo que ficavam habilitados a substituir os colegas a qualquer momento, até que fosse possível contratar e treinar um novo trabalhador.

A partir da década de 1970, uma crise intensificou a reestruturação produtiva e a acumulação flexível, em termos globais, impulsionando novas mudanças que ampliaram o processo de precarização do trabalho (Lima et al., 2012; Aquino, 2020). Cabe observar que o referido processo encontra relação estrita com o neoliberalismo contemporâneo. Este, opera sob uma lógica de produção de crise, de individualismo, de desigualdade, a exemplo das narrativas amplamente difundidas de que as pessoas precisam se enquadrar em um “modo de vida empreendedor” e atender a um “modelo de sucesso” (Druck, 2021). Tais narrativas, intrínsecas ao neoliberalismo, contribuem para a produção de subjetividades que ampliam o processo de vulnerabilização das pessoas, conectando-as a dinâmicas de isolamento, competição e fragilização nas suas relações sociais e laborais.

A intenção de controlar a dimensão subjetiva pelo capital se faz presente nos modelos de produção taylorista-fordista e toyotista. O toyotismo fomentou a competição entre os trabalhadores fazendo com que eles se tornassem supervisores uns dos outros e adotou como lema do trabalho em equipe a expressão “somos todos chefes” (Alves, 2005). A difusão deste modo de relação no contexto de trabalho acaba por atribuir a todos um suposto papel da gerência, produzindo vários impactos negativos nos trabalhadores.

Cabe pontuar que fomentar essa vigilância entre os pares constitui uma “tarefa” a mais no exercício profissional, pois, através da organização do trabalho, a pessoa é levada a ter que ficar atenta ao seu serviço e ao dos colegas para não se prejudicar. Além disso, faz minar a liberdade, fomentar o individualismo e diminuir a possibilidade de articulação de forças entre os trabalhadores. Inclusive, a análise dessa configuração de relações no trabalho nos ajuda a entender que a mera reunião de sujeitos em um determinado grupo inserido em um contexto

laboral não implica necessariamente na constituição de um coletivo de trabalhadores, conforme alerta Clot (2010b).

Foucault (2008) afirma que a liberdade não é aceita pelo liberalismo. De acordo com o autor, nesse sistema, a liberdade não está dada, precisa ser fabricada constantemente. Foucault (2008, 2009) recorre ao que Jeremy Bentham (1791-1795) apresentou em projeto de codificação legislativa inglesa sobre o panóptico, que se traduzia como a fórmula do governo liberal e cuja arquitetura faria com que o sujeito ficasse continuamente em observação, de modo espontâneo, não dependendo de uma vigilância efetiva para se manter vigilante. Para o autor, o panóptico figuraria como o procedimento capaz de vigiar a conduta das pessoas nos contextos das instituições disciplinares, como fábricas, escolas e prisões, visando o aumento da produtividade, processo pelo qual intensifica-se a perda da liberdade.

A precariedade e o processo de precarização do trabalho

Na linha do que se discutiu até este ponto, é possível observar que as transformações ocorridas nas últimas décadas têm contribuído para o aumento da flexibilização do trabalho e para a ampliação dos processos de precarização das relações no contexto laboral, em um cenário de perda de direitos e demais formas de exploração dos trabalhadores (Bendassolli & Soares, 2021; Porto, 2016). O entendimento da precariedade no campo do trabalho nos remete à configuração das condições laborais. E a precarização é concebida como um processo, que pode variar em intensidade, a depender das correlações de forças entre capital e trabalho (Alves, 2007).

Ademais, precariedade e precarização seriam categorias implicadas, mas distintas. A primeira remeteria a evidências contextualizadas de vulnerabilidades pré-existent e próprias da constituição de algumas atividades, no caso aqui tratado, laborais. Já a precarização implicaria a lógica processual, que remeteria a um resgate histórico e se caracterizaria, necessariamente, pela ruptura com condições laborais mais favoráveis. Portanto, a precarização pressuporia o deterioro progressivo de tais condições, enquanto a precariedade estaria pautada em condições débeis de origem (Aquino, 2020, p. 55).

A partir desta distinção, é possível considerar que o fenômeno da precarização das relações de trabalho coloca os sujeitos em condição de maior vulnerabilidade e produz a precarização da subjetividade do trabalho. Consequentemente, este encontra ligação com o

surgimento de doenças psicológicas vinculadas ao trabalho, a exemplo do estresse ocupacional e das doenças psicossomáticas. É importante levar em conta que “a precariedade e a precarização do trabalho no capitalismo tardio assumiu (*sic*) formas complexas, com a condição de proletariedade explicitando as dimensões contraditórias da individualidade negada e da genericidade humana impossível sob a ordem do capital” (Alves, 2007, p. 125). Nesse sentido, tanto a negação da individualidade quanto tentativa de generalização dos sujeitos são processos que visam podar a autonomia criativa dos sujeitos e a afirmação das singularidades, o que acaba por contribuir para a perda de potência e o adoecimento dos trabalhadores.

A precarização tem a instabilidade como um dos seus sinalizadores, devendo ser entendida a partir de perspectiva contextual e dinâmica (Aquino, 2020). O entendimento das condições históricas e contextuais na produção da precariedade no trabalho contribui para a sua desnaturalização e, assim, ajuda a compreender os fatores envolvidos na intensificação ou arrefecimento dos processos de precarização (Lima et al., 2012). Nessa perspectiva sócio-histórica, as configurações do trabalho social em termos da produtividade, no contexto civilizatório do século XXI, nos indica que o processo de precarização contemporâneo se revela mais perverso que aquele encontrado nos primórdios do capitalismo industrial (Alves, 2007).

Assim, é importante problematizarmos as diferenças entre o entendimento de um trabalho precarizado e um trabalho em processo de precarização. A primeira expressão transmite uma ideia de rigidez, de um trabalho que está encerrado em sua precariedade, um trabalho precário cuja condição não encontra espaço para mudança. Já a adoção da segunda terminologia, nos conduz ao entendimento do fenômeno em que a precarização é analisada por meio dos múltiplos atravessamentos, os quais diminuem ou intensificam as condições de vulnerabilidade a ele associadas.

Desse modo, tal defesa nos permite ir além do entendimento de um trabalho essencialmente precário, embora não devamos perder de vista que há trabalhos onde a precarização incide de modo amplo e notório, desde o seu nascedouro. O entendimento da precarização como processo nos permite enxergar que há ofícios com reconhecida valorização social e que ao mesmo tempo são atravessados por elementos que produzem no cotidiano dos trabalhadores efeitos que os colocam em condição de vulnerabilidade (Da Rocha Falcão et al., 2020).

Poderíamos colocar em questão em que medida os elementos de precarização estão presentes em determinado ofício, diante de contexto e em momento histórico específicos. Afinal, há diversas alterações de dinâmicas que podem contribuir para que os trabalhadores de uma mesma categoria profissional e um mesmo contexto laboral possam, em momentos

distintos, serem alvos de condições de trabalho de maior ou menor precarização. Esse termômetro de precarização pode oscilar em situações diversas como, por exemplo, por meio de mudanças nas leis trabalhistas, diante da ocorrência de uma pandemia, com a alteração na dinâmica de organização do trabalho, através do processo de articulação política dos trabalhadores, dentre outros.

Podemos citar alguns exemplos de modalidades de trabalho que se inserem no que entendemos fazer parte dos trabalhos em processo de precarização, como o trabalho intermitente (Araújo, 2013), o trabalho uberizado (Abílio, 2020) e a pejetização (Oliveira, 2013). Contudo, o processo de precarização pode alcançar qualquer trabalhador, mesmo os que possuem vínculos formais e que gozam de prestígio social por aquilo que os seus trabalhos representam, como os profissionais da saúde (Vedovato *et al.*, 2021) e profissionais da educação (Souza, 2017), assolados por contextos de trabalho em precarização.

A rigor, a ideologia neoliberal expõe a “precariedade ontológica da força de trabalho como mercadoria” (Alves, 2007, p. 126). Os exemplos supracitados retratam relações quem envolvem aspectos de instabilidade, flexibilização ou insegurança, que são sinalizadores da existência da precarização (Lima et al., 2012). É possível observar, portanto, que em todos os sinalizadores de precarização do trabalho aqui mencionados há a presença de uma dinâmica de vulnerabilização do sujeito.

Os trabalhadores assalariados ou proletários têm sido inseridos em configurações de vínculos de trabalho que integram o fenômeno da flexibilização, como a terceirização, produzindo neles um caráter de “prestadores de serviços”, atrelados à lógica de produto-mercadoria (Alves, 2007).

A intensificação do trabalho como via de precarização

O modelo de gestão difundido pelo toyotismo contribuiu para ampliar ainda mais a precarização do trabalho (Navarro & Padilha, 2007) e inclui elementos como a dessocialização, a exemplo da precarização do estatuto salarial e da ampliação do desemprego, que contribuem para a barbárie social do capitalismo e são fontes de sofrimento psíquico. A rigor, as estratégias de flexibilização e da intensificação do trabalho integram uma característica basilar do toyotismo, que é a superexploração da força de trabalho (Alves, 2005).

Nesse sistema, uma parcela da classe trabalhadora sofre os efeitos do processo de precarização pela falta de trabalho, como o desemprego (Alves, 2005, 2007); ou da possível redução de demanda, como no trabalho intermitente (Araújo, 2013) ou no trabalho uberizado

(Abílio, 2020). Outra parte sofre com a intensificação do trabalho através do sobretrabalho, que implica em sobrecarga ao trabalhador (Navarro & Padilha, 2007). Lima et al. (2012) observam que o processo de intensificação do trabalho se apresenta na atividade e que “cabe ao trabalhador, ou aos seus superiores, regular os efeitos da ampliação da complexidade ou do aumento do número de tarefas a serem realizadas na mesma unidade temporal por uma mesma pessoa ou equipe” (p.114-115).

Para ilustrar a intensificação do trabalho no sistema capitalista, podemos citar o ofício de bancário, notadamente em contexto brasileiro. Em estudo realizado no final do Século XX, sobre o processo de reestruturação produtiva no setor bancário, em São Paulo, já alertava sobre a precarização do trabalho na categoria, expressa através de jornadas de trabalho mais longas, da redução salarial, do aumento da frequência de horas extras e a intensificação do trabalho (Segnini, 1999).

Em seu estudo, Segnini (1999) apresentou elementos da intensificação do trabalho no setor bancário, cuja identificação se deu “pela fusão de postos de trabalho, pela diminuição dos níveis hierárquicos, como pelas exigências decorrentes de programas de gestão” (p. 192). Compete observar que, nos pontos aqui levantados pela autora, podemos perceber que houve o movimento de reconfigurações funcionais, processo que por vezes é considerado “enxugamento dos cargos” no contexto laboral. Via de regra, isso se traduz na reorganização dos cargos existentes eliminando alguns e redistribuindo as tarefas destes para os cargos que permaneceram, produzindo a reconfiguração de ofícios.

Assim, para ampliar a compreensão acerca do acúmulo de tarefas alheias ao ofício, recorreremos às contribuições teórico-conceituais da Clínica da Atividade (Clot & Faïta, 2000; Clot, 2006a, 2006b, 2007, 2010b, 2013, 2014b), em especial os operadores teóricos: atividade, real da atividade e atividade realizada.

Atividade e as dimensões do conflito

Os conceitos tarefa e atividade têm origem na Ergonomia francófona e embasam o enquadre teórico da Clínica da Atividade. A tarefa é equivalente ao trabalho prescrito, significa aquilo que é posto enquanto fator de normatização no campo do trabalho. Não obstante, a atividade é definida “(...) pelas operações manuais e intelectuais realmente mobilizadas a cada instante pelo operador para atingir seus objetivos” (Clot, 2007, p. 24).

O debate sobre a atividade está presente também em Clot (2010a), que convoca Tosquelles para nos apresentar o entendimento de que “estar em movimento” não equivale a

“estar ativo”. Para ele, a agitação pode ser sinônimo de passividade e podemos perceber a atividade em pessoas “imóveis”. Assim, para a compreensão deste conceito é fundamental considerar o aspecto da subjetividade (Clot, 2001).

Conforme formulações de Vygotski, mencionadas por Yves Clot, no horizonte das possibilidades de ação, “a última palavra nunca é dita, o último ato nunca chega a ser executado” (Clot, 2010b, p. 149), o que nos ajuda a entender que a todo instante estamos plenos de alternativas. Adotar essa concepção em intervenções no contexto laboral contribui para reforçar a percepção da atividade como um processo conflitivo e criativo, sempre aberto às possibilidades de reinvenção.

A concepção de atividade adotada por Clot se vincula às contribuições de Bakhtin e Vygotski, que consideram que “a atividade é uma batalha sem trégua” (cf. formulação de Yves Clot em entrevista a Machado, 2005, p. 159), a qual é dirigida ao seu objeto e à atividade de outros sujeitos, que por sua vez também se dirige ao objeto. Com base nesse entendimento, a atividade se traduz em “uma luta, um conflito” (Clot, 2006b, p. 20). Cabe pontuar que, na Clínica da Atividade, a discussão acerca dos conflitos é apresentada em diversos textos (Clot & Faïta, 2000; Clot, 2006b, 2010b, 2013, 2014b). E, para ampliar o entendimento sobre a atividade, temos essa definição de Clot:

Para mim, a atividade é contribuir para uma história que não é minha e criar entre as coisas uma relação que não foi construída. A atividade não é operação (gesto visível, detalhe etc.), mas sim o que é feito e o que ainda não foi feito. O sonho é parte da atividade. Inclui o que eu fiz e o que eu não fiz. O que eu não fiz, paradoxalmente, faz parte da atividade (...) A atividade é uma colisão de possíveis (Clot, 2006a, p. 105).

Essa perspectiva de atividade nos conecta a uma dimensão temporal de passado-presente, ao que foi construído antes de nós viabilizando que possamos realizar ações neste momento. E conecta-nos também a uma dimensão de presente-futuro, ao que estamos construindo hoje e que se tornará uma realidade possível, no porvir, contribuindo para construir hoje a história que alguém poderá se conectar em um tempo que ainda não existe. O processo conflitivo que habita a tomada de decisões das ações que realizamos a cada instante abarca todas essas dimensões.

As possibilidades vencidas, vencedoras e vislumbradas do real da atividade

A perspectiva conceitual de atividade, adotada pela Clínica da Atividade e aqui exposta, permite-nos compreendê-la a partir de uma dinâmica conflitiva que eleva o real para além do realizado e faz com que ele abarque o possível e o impossível (Clot & Faïta, 2000). Além disso, oferece as bases para a compreensão do conceito de real da atividade, que nos alerta para o fato de que “(...) o realizado deixou de ter o monopólio do real” (Clot, 2010b, p. 149). Dando sequência a esta linha de raciocínio, temos a seguinte definição:

(...) o **real da atividade é também** aquilo que não se faz, aquilo que não se pode fazer, aquilo que se busca fazer sem conseguir – fracassos –, aquilo que se teria querido ou podido fazer, aquilo que se pensa ou que se sonha poder fazer alhures. É preciso acrescentar a isso – o que é um paradoxo frequentemente – aquilo que se faz para não fazer aquilo que se tem a fazer ou ainda aquilo que se faz sem querer fazer. Sem contar, aquilo que se tem de refazer” (Clot, 2007, p. 116, grifo nosso).

O real da atividade nos ajuda a entender que estamos a todo instante plenos de possibilidades interconectadas e conflitantes, que entendemos como possibilidades vencidas, vencedoras e vislumbradas. Cabe observar também que este conceito integra as três instâncias temporais: passado, presente e futuro. Nas possibilidades vencidas (exemplo: aquilo que não se faz), a dimensão temporal mais frequente é o passado. Trata-se de ações preteridas no processo de escolha, mas que permanecem vivas e podem continuar pulsando para vir a se tornar uma atividade realizada.

A rigor, estamos tratando de um dos conceitos da Clínica da Atividade, a atividade realizada. Ou seja, o real da atividade pode incluir a atividade realizada (Clot, 2010). As possibilidades vencedoras (exemplo: aquilo que se faz para não fazer aquilo que se tem a fazer), trata-se das ações que foram eleitas dentre todas as outras que havia no horizonte, podendo dialogar de modo conflitivo com as possibilidades vencidas ou com as possibilidades vislumbradas, a depender do nível de apaziguamento da escolha realizada. Estas se conectam principalmente à dimensão temporal do presente.

As possibilidades vislumbradas (exemplo: aquilo que se pensa ou que se sonha poder fazer alhures) se conectam essencialmente à instância temporal de futuro. Nelas residem nos novos desafios que surgem no horizonte, levando o sujeito a se antecipar aos eventos no âmbito do imaginário ou do planejamento. Elas podem tanto conduzir à paralisia das ações face às

decisões a serem tomadas, como podem se tornar fontes impulsionadoras do processo de criação.

Ao refletir ainda sobre a contribuição que o conceito real da atividade pode oferecer para compreender o fenômeno aqui estudado, podemos considerar que o acúmulo de tarefas alheias ao ofício pode ser entendido como uma das faces do real da atividade, haja vista que se trata da relação do trabalhador com tarefas alheias ao seu ofício.

Em um contexto de acúmulo de tarefas alheias ao ofício as demandas de afazeres profissionais vão se somar e este processo tende a ampliar os conflitos e dificuldades que os trabalhadores precisam superar no seu cotidiano laboral, gerando impacto sobre a sua saúde. O real da atividade vai nos mostrar que, a depender da intensidade dos impedimentos da atividade, as possibilidades vencidas, vencedoras e vindouras podem continuar presentes nas dinâmicas subjetivas dos trabalhadores e, em alguma medida, podem comprometer o trabalho e a saúde do trabalhador.

A dinâmica de forças entre as ações possíveis no horizonte laboral, as tarefas alheias ao ofício podem se sobrepor e vencer as tarefas próprias do ofício. Tal processo pode produzir ainda mais sofrimento mental nos sujeitos. Um dos elementos que podemos apontar como vetor para o aumento do referido processo é o sentimento de injustiça produzido por estar realizando algo que não lhe compete. Além disso, há o impacto que o exercício das tarefas alheias ao ofício pode produzir na significação e identificação do gênero profissional pelo trabalhador.

Diferentes posicionamentos face aos acúmulos de funções à luz do real da atividade

Considerando que a atividade consiste no processo de transformação do trabalho e do próprio sujeito através do trabalho (Sandoval & Kostulski, 2021), entendemos a importância de aprofundar no estudo sobre o acúmulo de tarefas alheias ao ofício. Conforme mencionado, em pesquisa sobre o fazer-profissional dos técnicos em necropsia (Messias, 2017), percebemos que estes trabalhadores estavam submetidos a tarefas alheias ao seu ofício e que tal condição produzia neles diferentes posicionamentos face aos distintos acúmulos de função, que categorizamos aqui como posicionamento inconformado, ambíguo e conformado.

No posicionamento inconformado sobre o acúmulo de tarefas alheias ao ofício, o trabalhador se incomoda com as tarefas alheias ao ofício, podendo reagir de maneira firme na tentativa de não as realizar. Nesse caso, o trabalhador tende a se mobilizar nos âmbitos das ações psíquicas e das ações concretas, de modo a convocar o seu ofício para delimitar o que lhe compete ou não realizar no contexto do trabalho. Este processo se conecta com o real da

atividade (Clot, 2001, 2006b, 2007, 2010a, 2010b, 2014b) uma vez que o posicionamento inconformado aquilo que eu faço para não precisar fazer o que é alheio ao meu ofício.

Com relação ao posicionamento ambíguo sobre o acúmulo de tarefas alheias ao ofício, consideramos que o trabalhador se encontra com sentimentos contraditórios acerca das tarefas alheias ao seu ofício. Podemos considerar que neste modo de funcionamento há uma mescla do posicionamento inconformado e do posicionamento conformado, que oscilam a depender das circunstâncias e do contexto. O trabalhador, neste caso, tem clareza de que aquela demanda laboral que não lhe pertence. No entanto, a executa.

É importante destacar que o sentimento paradoxal sobre o acúmulo de tarefas alheias ao ofício produz no trabalhador o posicionamento ambíguo. Em determinadas circunstâncias, ele se incomoda com a situação e pode vir a resistir à execução das tarefas alheias ao seu ofício. Em outras, pode sentir satisfação em realizá-las e pode vir a atribuir um significado positivo a elas. Do ponto de vista do real da atividade, o posicionamento ambíguo está presente no movimento que inclui aquilo que eu faço para não precisar fazer o que é alheio ao meu ofício. E pode ainda se situar na dimensão daquilo que eu mobilizo para atribuir sentido positivo ao que faço, mesmo sendo alheio ao meu ofício.

Quanto ao posicionamento conformado sobre o acúmulo de tarefas alheias ao ofício, percebemos que o trabalhador demonstra pouca resistência ou incômodo na relação com as tarefas alheias ao seu ofício, por vezes incorporando-as com facilidade às próprias tarefas. Devemos considerar que em tal modo de funcionamento os trabalhadores têm ciência de que aquela tarefa que está desempenhando é alheia ao seu ofício. No entanto, ingressam em um processo de diminuição de resistência, apropriação e acomodação das tarefas alheias ao ofício, de modo que elas deixam de ser percebidas como tal.

Consideramos que o posicionamento inconformado seja o que está vinculado ao maior sentimento de incômodo e que pode produzir mais resistências no sentido de evitar a submissão ao acúmulo de tarefas alheias ao ofício. Como já pontuamos, nos modos de enfrentamento classificados como posicionamentos inconformado e ambíguo reativos ocorre um movimento de resistência por parte dos trabalhadores para não serem submetidos às tarefas alheias ao ofício. No entanto, mesmo imprimindo resistência, eles podem vir a ser vencidos pelo poder institucional e acabar sendo forçados a exercer o acúmulo de tarefas alheias ao ofício. Cabe também pontuar que os três tipos de posicionamento em questão são modos de enfrentar o acúmulo de tarefas alheias ao ofício e que, portanto, variam em intensidade de acordo com as situações, os contextos e os sujeitos.

Em todas as circunstâncias supracitadas, o acúmulo de tarefas alheias ao ofício ocupará um espaço na rotina dos trabalhadores podendo inclusive comprometer a realização das tarefas pertencentes ao ofício, em virtude das demandas de tempo e de energia que as tarefas alheias ao ofício podem implicar. E, quanto maior é essa demanda, maiores podem ser os prejuízos para os trabalhadores e para o próprio ofício. Em todos os casos, o real da atividade pode figurar como: o que eu poderia fazer no lugar daquilo que faço, mas não deveria fazer.

Este processo pode produzir no trabalhador o sentimento de “vivência de inadequação” pelo fato de assumir papéis que não lhe pertencem, de investir esforço e tempo em uma tarefa que outra pessoa deveria assumir, se constituindo ataque ao gênero profissional. Nesse sentido, devemos ter em mente que o acúmulo de tarefas alheias ao ofício faz parte do processo de precarização do trabalho através da superexploração (Alves, 2005) e intensificação do trabalho (Lima, Barros & Aquino, 2012), marcas do neoliberalismo.

Considerações finais

O percurso desenvolvido até aqui nos aponta que o processo de precarização do trabalho integra o conjunto de estratégias do modelo neoliberal (Aquino, 2020), que se constitui na produção de crises e na vulnerabilização das pessoas (Druck, 2021). A precarização do trabalho está relacionada a processos que colocam o trabalhador em maior condição de vulnerabilidade, como a estimulação de relações individualistas, a ruptura dos coletivos, os modelos de gestão que segmentam o trabalho, a perda de direitos através da desregulamentação do trabalho, as desigualdades sociais, a superexploração do trabalho, o desemprego, dentre outros.

Tendo em vista o exposto, podemos considerar que os operadores teóricos como atividade, real da atividade e atividade realizada, contribuem para o melhor entendimento dos processos subjetivos envolvidos no acúmulo de tarefas alheias ao ofício. As possibilidades de ação vencidas, vencedoras e vislumbradas do real da atividade, consideradas impedimentos no cotidiano laboral, permanecem de modo conflitivo no campo subjetivo do trabalhador; afinal “o que não foi realizado, o que não foi efetuado não é menos real” (Clot, 2006b, p. 21).

Nesse sentido, do ponto de vista subjetivo e da saúde mental, “a fadiga, o desgaste violento, o estresse se compreende tanto por aquilo que os trabalhadores não podem fazer, quanto por aquilo que eles fazem” (Clot, 2001, p. 06). Assim, entendemos que essa dinâmica conflitiva do real da atividade pode produzir nos sujeitos processos de sofrimentos e adoecimentos de diversas ordens.

REFERÊNCIAS

- Abílio, L. C. (2020). Uberização: a era do trabalhador just-in-time? *Estudos Avançados [online]*, 34(98), 111-126. <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.3498.008>
- Alves, G. (2007). Precariedade e precarização do trabalho. *Dimensões da reestruturação produtiva: ensaios de sociologia do trabalho*. Londrina: Praxis, 111-155.
- Alves, G. (2005). Trabalho, corpo e subjetividade: toyotismo e formas de precariedade no capitalismo global. *Trabalho, Educação e Saúde [online]*, 3(2), 409-428. <https://doi.org/10.1590/S1981-77462005000200009>
- Aquino, C. A. B. (2020). Precarização, neoliberalismo e questão social: reverberações sobre os modos de trabalho no nordeste brasileiro. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 23, 51-63. <https://doi.org/10.11606/issn.1981-0490.v23i1p51-63>
- Araújo, S. M. (2013). Da precarização do trabalhador portuário avulso a uma teoria da precariedade do trabalho. *Sociedade e Estado [online]*, 28(3), 565-586. <https://doi.org/10.1590/S0102-69922013000300006>
- Bendassolli, P. F., & Soares, L. K. A. (2021). Trabalho precário, subjetividade precária? Refletindo sobre a função psicológica do trabalho e a atuação da psicologia no drama da precarização. In P. F. Bendassolli & L. A. P. Soboll (Orgs.), *Clínicas do trabalho* (2a ed. rev. e ampl.) (pp. 306-322). Belo Horizonte: Artesã.
- Clot, Y. (2014b). Vygotski: a consciência como relação. (M. A. B. Ramos, trad.). *Psicologia & Sociedade*, 26(n. spe. 2), 124-139. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822014000600013>
- Clot, Y. (2013). *O ofício como operador de saúde*. Cadernos de Psicologia Social do Trabalho. São Paulo, 16(n. spe. 1), 1-11. doi: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1981-0490.v16ispe1p1-11>
- Clot, Y. (2010b). *Trabalho e poder de agir*. (J. F. Teixeira, & M. M. Z. Vianna, trads.). Belo Horizonte: Fabrefactum.
- Clot, Y. (2010a). A psicologia do trabalho na França e a perspectiva da clínica da atividade. *Fractal: Revista de Psicologia*, 22(1), 207-234. <http://dx.doi.org/10.1590/S1984-02922010000100015>
- Clot, Y. (2007). *A função psicológica no trabalho*. (A. Sobral, trad.). Petrópolis: Vozes.
- Clot, Y. (2006b). Vygotsky: para além da Psicologia Cognitiva. *Pro-Posições*, 17:2(50). 19-30. Recuperado de https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/50_dossie_clot_y.pdf
- Clot, Y. (2006a). Entrevista: Yves Clot. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 9(2), 99-107. <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1981-0490.v9i2p99-107>
- Clot, Y. (2001). Clínica do trabalho, clínica do real. (K. Santorum, & S. L. Barker, trad. livre). (C. Osório, rev.). *Le journal des psychologues*, (185), mars. 2001. Recuperado de <http://www.pqv.unifesp.br/clotClindotrab-tradkslb.pdf>

- Clot, Y., & Faïta, D. (2000). Genres et styles en analyse du travail. Concepts et méthodes. *Travailler* (4), 7-42. <http://psycho.univlyon2.fr/sites/psycho/IMG/pdf/texteclot4.pdf>
- Coriat, B. (2008). *El Taller y el cronómetro: Ensaio sobre el taylorismo, el fordismo y la producción en massa*. Madrid: Siglo XXI.
- Coutinho Filho, G. L. (2014). *Acúmulo de função do empregado: fundamentos para uma proposição de alteração legislativa*. (Tese de doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo) <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/6458>
- Da Rocha Falcão, J. T., Messias, J. S., & Andrade, L. R. M. (2020) O trabalho precário e o trabalho precarizado. In M. C. Ferreira & J. T. Da Rocha Falcão (Orgs.), *Intensificação, precarização, esvaziamento do trabalho e margens de enfrentamento [recurso eletrônico]* (pp. 78-103). Natal: EDUFRN.
- Dejours, C. (1992). *A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho*. (A. I. Paraguay, & L. L. Ferreira, trads.). São Paulo: Cortez-Oboré.
- Druck, G. (2021). A tragédia neoliberal, a pandemia e o lugar do trabalho. In J. K. Monteiro; L. G. Freitas; C. V. S. Ribeiro & D. B. Leda (Orgs.), *Trabalho, precarização e resistências* (pp. 291-312). São Luís: EDUFMA.
- Foucault, M. (2008). *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. (E. Brandão, trad.). São Paulo: Martins Fontes.
- Foucault, Michel (2009). *Vigiar e Punir* (R. Ramallete, trad.). (37a ed.). Petrópolis: Vozes.
- Huberman, L. (2010). *História da riqueza do homem*. (W. Dutra, trad.). Rio de Janeiro: LCT.
- Lima, C. A., Barros, E. M. C., & Aquino, C. A. B. (2012). Flexibilização e intensificação laboral: manifestações da precarização do trabalho e suas consequências para o trabalhador. *Revista Labor*, 1, 102-125. <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/20875>
- Machado, A. R. (2005). Entrevista com Yves Clot. *Psicologia da Educação*, 20, 155-160. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-69752005000100009&lng=pt&tlng=pt
- Navarro, V., Padilha, V. (2007). Dilemas do trabalho no capitalismo contemporâneo. *Psicologia & Sociedade [online]*, 19(spe), 14-20. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822007000400004>
- Oliveira, L. M. (2013). Pejotização e a precarização das relações de emprego. *Revista Atitude – Construindo Oportunidades*, 7(14), 25-31. Recuperado de <https://jus.com.br/artigos/23588/pejotizacao-e-aprecarizacao-das-relacoes-de-emprego>
- Romar, C. T. M. (2018). *Direito do trabalho* (5a ed.). São Paulo: Saraiva Educação.
- Sandoval, A., & Kostulski, K. (2021). “Si on ne me fournit pas mes engins, après je peux plus rien faire moi”: les apports de l’analyse de l’activité à la compréhension des processus d’engagement et de désengagement au travail. *Activités [En ligne]*, 18(2), 1-29. <https://doi.org/10.4000/activites.6835>

Segnini, L. R. P. (1999). Reestruturação nos bancos no Brasil: desemprego, subcontratação e intensificação do trabalho. *Educação & Sociedade [online]*, 20(67), 183-209.
<https://doi.org/10.1590/S0101-73301999000200007>

Souza, T. M. S. (2017). Efeitos da precarização do trabalho na vida dos/as professores/as: Assédio Moral e adoecimento. In, M. G. D. Facci & S. C. Urt (Orgs.), *Precarização do trabalho, adoecimento e sofrimento do professor*. Teresina: EDUFPI.

Vedovato, T. G., Andrade, C. B., Santos, D. L., Bitencourt, S. M., Almeida, L. P., & Sampaio, J. F. S. (2021). Trabalhadores(as) da saúde e a COVID-19: condições de trabalho à deriva? *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional [online]*, 46, 1-15.
<https://doi.org/10.1590/2317-6369000028520>

Informações sobre os autores

Joeder da Silva Messias

Endereço institucional: Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Departamento de Filosofia e Ciências Humanas (DFCH). Estrada do Bem Querer, KM 4, S/N – Universidade – Vitória da Conquista, BA - Brasil – CEP: 45.031-900

E-mail: joedermessias@yahoo.com.br

Jorge Tarcísio da Rocha Falcão

E-mail: falcao.jorge@gmail.com

Eduardo Breno Nascimento Bezerra

E-mail: eduardobreno@hotmail.com

Contribuição dos Autores	
Autor 1	Participação ativa da discussão dos resultados, revisão e aprovação da versão final do trabalho
Autor 2	Revisão e aprovação da versão final do trabalho
Autor 3	Revisão e aprovação da versão final do trabalho